

MARIA DE FÁTIMA MARTINS LOPES BARROS

**O PATRIMÓNIO HISTÓRICO CONSTRUÍDO DO CENTRO
HISTÓRICO DA PRAIA: ALGUMAS REFLEXÕES**

Trabalho Científico apresentado na Universidade de Cabo Verde para obtenção do grau de Licenciatura em História Ramo Património, sob a orientação do Mestre José Silva Évora.

UNICV 2009

Trabalho científico apresentado a Universidade de Cabo Verde para obtenção do grau de Licenciatura em História Ramo Património, sob orientação do Mestre José Silva Évora.

O Júri,

Praia, aos _____ de _____ de 2009

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a memória da minha querida mãe **Maria de Fátima Tavares de Barros**.

Ao meu filho **Denilson Jorge Barros e Silva**, pelo amor, pela compreensão e pela força que me deu ao longo desta caminhada pela ausência no seu crescimento durante esses quatro anos.

Ao meu amado **Dany**, pessoa maravilhosa que esteve sempre presente ao longo desses quatro anos, sempre me apoiando e incentivando, sendo inteiramente paciente com a minha ausência.

AGRADECIMENTOS

À Deus, força inexplicável em nossas vidas, em todos os momentos, sejam de tristezas, fraquezas, felicidades e principalmente conquistas.

Ao meu professor orientador, Mestre José Silva Évora, modelo de profissional, cuja orientação segura, competente e estimulante tornou possível este trabalho. Mostrou-me a cada momento, compreensão, paciência, comprometimento e dedicação.

Aos meus queridos irmãos Juvinal e Djanira e a minha tia Neta pelo apoio prestado ao longo desta formação, pois graças ao vosso estímulo, sempre me apoiando a seguir em frente, cheguei até este momento.

Agradecimento muito especial aos antigos dirigentes do ex -ISE, Fernando Baldé e Paulino Fortes, um muito obrigado pela oportunidade prestada aos funcionários para frequentarem uma formação adequada.

Agradecimentos especiais vão para as pessoas que me facultaram documentação, informações e apoios para a realização deste trabalho, são eles: Lourenço Gomes, José Silva Évora, pessoal da Biblioteca Nacional e o pessoal do Arquivo Histórico Nacional.

Aos meus colegas com quem partilhei momentos agradáveis e difíceis, em especial e a minha sogra Filomena, uma pessoa muito querida que esteve ao meu lado, ajudando em todos os momentos, demonstrando ser uma segunda mãe para o meu filho.

A minha sobrinha Danira e Mayara pela amizade, disponibilidade e companheirismo, pelos momentos de humor que nos proporcionava nas ocasiões de

muito stress. Ao meu primo Zézito pela amizade e paciência que teve com o meu filho durante a minha ausência.

A todos os professores do Curso de História, que ao longo desta formação contribuíram para alargar os meus conhecimentos.

Agradecimento ao pessoal do departamento de tecnologias de informação da Uni - CV em especial Olavo, Dilson e Flávio, pelo apoio técnico prestado.

A todos que de uma forma ou de outra me ajudaram para a realização deste trabalho.

“O consenso em torno da defesa do nosso património, apesar de constantemente verbalizado, continua a ser meta de difícil alcance entre nós. Na verdade, se as palavras apelam para a consciência, só as acções (que escasseiam ou tardam) podem eficazmente salvar esses valores culturais. A deteriorização e as pilhagens continuam a ser mais eficazes que as intervenções...”

LOPES, Filho João. *Defesa do Património Sócio – Cultural de Cabo Verde*. Lisboa, 1985. p 18.

Índice

ÍNDICE DE GRAVURAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo I.....	12
Praia: a cidade histórica e sua informação como património urbano edificado.....	12
1.1.Breve caracterização da ilha de Santiago e síntese cronológica dos factos marcantes da Praia oitocentista.....	12
1.2.A Evolução Histórica da povoação da Praia.....	17
CAPITULO II.....	24
Problemática do património construído da cidade.....	24
2.1Enquadramento teórico	24
CAPITULO III.....	29
A antiga Alfândega, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, o Paços do Concelho e o Hospital: Edifícios públicos com características próprias.....	29
3.1A antiga Alfândega da Praia	30
3.1.1. Características Arquitectónicas.....	33

3.2A Igreja de Nossa Senhora da Graça.....	34
3.2.1Características Arquitectónicas.....	37
3.3. O Paços do Concelho.....	38
3.3.1.Do contexto do municipalismo em Cabo Verde à construção do edifício do Paços do Concelho.....	38
3.3.2.Características Arquitectónicas.....	41
3.4.O Hospital da Praia.....	43
3.4.1.Referências a necessidade da construção de um hospital na Praia	43
3.4.2.Breve caracterização do edifício do hospital na forma como chegou até nós.....	45
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	50
ANEXOS.....	56

ÍNDICE DE GRAVURAS

Figura 1 A Ilha de Santiago e a Praia no contexto geográfico de Cabo Verde	12
Figura 2 A ilha de Santiago e os seus povoados.....	15
Figura 3 - Planta do Porto da Vila da Praia de Santa Maria da Ilha de Santiago de Cabo Verde	19
Figura 4 - Baía da Praia da Ilha de Santiago de Cabo Verde	20
Figura 5 - O movimento portuário da Praia datada de 1806	21
Figura 6 - A extensão do Platô em 1812	22
Figura 7 - Edifício da antiga Alfândega da Praia	31
Figura 8 - Edifício da Alfândega: Actual Arquivo Histórico Nacional.....	32
Figura 9 - Imagem da actual Igreja Nossa Senhora da Graça	36

Figura 10 - Câmara Municipal da Praia antes da última restauração	39
Figura 11 - Paços do Concelho no aspecto em que ficou depois da sua remodelação e ampliação em 1860 – imagem datada de 1910	40
Figura 12 - Edifício do Paços do Concelho no seu aspecto actual	42
Figura 13 - Pormenor da gárgula antropomórfica	42
Figura 14 - O Hospital da Praia na sua forma primitiva e actual.....	46

INTRODUÇÃO

A ideia de elaborar este trabalho surgiu no âmbito da cadeira de Património, leccionada no segundo ano do curso de Licenciatura em História Ramo Património. Através de algumas leituras feitas, com algum conhecimento adquirido durante as aulas pensamos que seria possível a feitura de um trabalho que versasse sobre o Património histórico do Platô. Resolvemos esclarecer algumas dúvidas relativamente às políticas de preservação do património histórico construído.

Além de pretender ser um contributo à História e ao Património da cidade da Praia, a elaboração deste estudo visa chamar a atenção das entidades competentes para a protecção e defesa deste património construído na cidade capital de Cabo Verde, particularmente sobre a Igreja, o Hospital, a Alfandega e a Câmara Municipal. Este foi a razão de fundo que levou - me, a escolher o tema, além da exigência curricular que visa a obtenção do grau de Licenciatura em História Ramo Património.

Segundo João Lopes Filho, *“o património está, ligado tanto aos valores materiais, como aos simbólicos e às vertentes estética e cognitiva, em função das memórias e dos saberes que integra, relacionando – se, ainda, com o conceito de tempo, a percepção da raridade e o respectivo valor cultural (histórico, sociológico e antropológico). Por tudo isto, é um bem do homem para a sua comunidade e nele se integra o conhecimento do “fazer” e do “saber fazer”, assumindo, deste modo, a função social de transmissão de testemunhos de uma geração para outra.”*¹

É frequente dizer que “ o património que não se dá à conhecer deixa de o ser”. A Praia, foi, depois da Ribeira Grande e Alcatrazes, o espaço onde foi montado a estrutura administrativa do Cabo Verde colonial, sendo que muitas das suas instituições são seculares, trazendo consigo vivências históricas de muitas gerações. Mas para que sejam vistas como bens patrimoniais deverão ser estudadas, preservadas e divulgadas.

Hoje, uma vez estudadas, preservadas e divulgadas constituem, com certeza, referências patrimoniais que poderão também contribuir para a promoção cultural desta cidade, de Cabo Verde e do Mundo. Para isso é preciso que sejam dadas à conhecer.

¹ LOPES, Filho João. *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia. Instituto Superior de Educação – República de Cabo Verde. 2003.p.25

Destacamos por exemplo, a Câmara Municipal, identificada como monumento histórico de alto valor patrimonial não só pela carga simbólica que representa para a cidade, como também por ser uma das primeiras instituições implementada no solo praiense.

No momento em que está muito em voga, quer no parlamento, quer na sociedade académica e civil, uma discussão “infindável” sobre a defesa do património, sobretudo o de “*Riba - Praia*”, torna-se imperiosamente, necessário soluções concretas no sentido de pôr cobro a situação por que passa alguns desses edifícios. E, para nós, esta barreira não se ultrapassa se não passar pela sua implementação na prática.

A Lei nº102/III/90 define o Património Cultural Cabo - Verdiano como sendo “*conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo cabo-verdiano ao longo da história, com relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural cabo-verdiana.*”

Vivemos hoje num mundo globalizado, e Cabo Verde não foge a regra. Tendo em conta o valor do património cultural, nomeadamente o monumento histórico construído do Platô, entendemos que num momento como o actual em que o património vem ganhando expressão, importa investir na recuperação e preservação do património histórico construído do Platô, gravando, assim, novas dinâmicas de recuperação de edifícios com pinturas frescas, espaços de lazer e alguns monumentos agredidos.

Pensamos que essas medidas se justificam, isto porque, o Platô parece neste momento um sítio velho e precisa retomar de novo seu espaço próprio no coração da cidade, e atrair para si os mesmos encantos que outrora alcançou.

A fim de procurar respostas às nossas inquietações, optamos por uma metodologia diversificada e adaptada ao objecto de estudo, às condições de pesquisa e a disponibilidade documental existente no País. Ainda fez parte da nossa metodologia a pesquisa documental, incluindo o acesso à páginas especializadas da Internet e Boletins Oficiais.

O trabalho ora apresentado estrutura - se em três capítulos sendo o primeiro referente a Praia como cidade histórica e sua informação como património urbano edificado, o segundo sobre a problemática do património construído da cidade da Praia e por ultimo o edifício dos paços do concelho enquanto referencia patrimonial.

A metodologia, utilizada na abordagem consiste na investigação, pesquisas e análises de dados, bem como numa leitura rigorosa sobre o património, traduzindo na recolha da memória escrita sobre o eixo urbano e as edificações em estudo. Incidiu também no levantamento bibliográfico relacionado com o tema, na pesquisa documental em arquivos e bibliotecas, seguida de leituras e sínteses interligadas, complementadas com visitas de campo para observações das obras arquitectónicas e apropriação de imagens, finalizando-se com o cruzamento de dados, e elaboração electrónica do trabalho.

Não tendo sido nossa intenção esgotar o tema, esperamos contudo que este trabalho venha a fornecer pistas para futuras investigações, sobre a Praia e particularmente o seu centro histórico.

Capítulo I

Praia: a cidade histórica e sua informação como património urbano edificado.

1.1. Breve caracterização da ilha de Santiago e síntese cronológica dos factos marcantes da Praia oitocentista

Neste ponto procuraremos caracterizar sumariamente a ilha de Santiago do ponto de vista histórico, para que possamos, de seguida, compreender a dimensão histórica da cidade de Praia, espaço por onde recai a nossa análise.

“Geograficamente, a ilha de Santiago, onde está a Cidade de Cabo Verde é a maior do arquipélago com uma superfície de 991 km², situada entre os paralelos de 14° 50`e 15° 20`N e os meridianos de 23 ° 20`e 23 50`w. Apresenta o cumprimento máximo de 54, 9 km entre a Ponta Moreia e a Ponta Temerosa e a largura máxima de 28,8 km entre a Ponta Coroa e a Ponta Janela.”²

Figura 1 A Ilha de Santiago e a Praia no contexto geográfico de Cabo Verde

² AMARAL, Ilídio. *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. M. E. E. Junta de Investigação do Ultramar. 2ª Série nº 48. Lisboa. 1964. P 15



Fonte: <http://portalsaofrancisco.com.br/alfa/cabo-verde/mapa-de-cabo-verde.php>

acedido em 18/03/09

Santiago foi a primeira ilha a ser povoada, entre outros factores, “*devido a sua localização geográfica, abundância de água (em relação às outras ilhas), bons portos naturais, entre outras condições naturais. A sua colonização baseou – se em dois segmentos populacionais de origem diferente: brancos europeus e negros africanos.*”³

“O homem marcou esta ilha que em 1460 encontrou deserta, com um traço original: criou uma ilha crioula. Para a sua ocupação e povoamento foi preciso introduzir tudo: homens, animais, culturas alimentares de Portugal, da África, do Brasil e da Índia.”⁴

Santiago é a ilha mais africana de todas as outras. A opinião aporta nas características culturais que salta à vista nas suas festas tradicionais, nas cores vivas, na música, na cultura.

Não nos cabe neste espaço discutir a problemática da descoberta e os contornos do povoamento da grande ilha, mas tão só tentar um enquadramento para de seguida incidirmos sobre o assunto que procuraremos abordar ao longo do trabalho, a Praia enquanto Centro Histórico e suas referências patrimoniais nomeadamente o construído.

De qualquer forma impõe - se, ainda que sumariamente, escrever algumas linhas relativamente a sua descoberta e ocupação.

³ CARREIRA, António – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Instituto Caboverdeano do Livro. 1983. 2ª Edição. p. 38

⁴ AMARAL, Ilídio. *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. M. E. E. Junta de Investigação do Ultramar. 2ª Série nº 48. Lisboa. 1964. P. 19

Segundo, a tese oficial, acerca da descoberta das ilhas de Cabo Verde, Santiago foi descoberta no dia 1 de Maio de 1460, pelos navegadores Diogo Gomes e Diogo Afonso. No ano de 1462, Diogo Afonso descobriu as ilhas do Norte e Brava. Todavia, a maioria dos historiadores discordam, afirmando que António da Noli⁵ foi o verdadeiro descobridor de Cabo Verde, embora, não lhe ter sido atribuído esse mérito na altura.

Esta ilha terá sido alcançado pela primeira vez pelos navegadores envolvidos nas proezas marítimas portuguesas do século XV,” *como foram os casos de António da Noli, em 1460, a quem é atribuído a descoberta do grupo oriental (Santiago, ilha que abriga a urbe do nosso estudo, Fogo e provavelmente Brava, Boavista, Maio e Sal) e Diogo Afonso tido como descobridor do conjunto ocidental (S. Nicolau, Santo Antão, São Vicente e Santa Luzia)*”⁶ entre 1461 e 1462, embora a tese defensora do feito de “*tais navegadores não seja aceite por todos os pesquisadores da área. Após a sua descoberta, a ilha que denominava-se “Sam Jacobo”*”⁷, rapidamente mudou o seu nome, para passar a denominar-se S. Thiago, devido ao facto de ter sido “descoberta” no dia em que é homenageado o referido santo pela igreja católica.

⁵ Foi um dos primeiros donatários da ilha, nome incontornavelmente referenciado no âmbito da História de Cabo Verde, particularmente, nos primórdios da sua colonização.

⁶ ALBUQUERQUE, Luís de. *O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde*. In: História Geral de Cabo Verde. vol. I. Lisboa – Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde. 1991. pp. 23-39 e CARREIRA, António. Cabo Verde – *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (1460- 1778). Lisboa. Edição do ICL e Comunidade Económica Europeia. Lisboa.1983. p. 27-28.

⁷ BALENO, Ilídio. *Cabo Verde: Introdução geográfica*. In: História Geral de Cabo Verde. vol. I. Lisboa – Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde. 1991. p. 10 e BARCELOS, Christiano de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné (Vol. I, partes I e II.)*. Praia. Edição Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro. 2003. p. 25 e 26.

Figura 2 A ilha de Santiago e os seus povoados



Fonte: <http://ilhasdomar.blogspot.com/2006/09/viajando-pela-ilha-de-santiago.html> -

acedido em 18/03/09

Sendo Santiago a 1ª ilha a ser descoberta e ocupada no âmbito da expansão quatrocentista, parece natural a sua importância histórica servindo de referência as outras ilhas. Em termos demográficos e de condições naturais, cedo se afirmou como grande centro económico, comercial e político de Cabo Verde, com uma população a crescer em toda a sua extensão.

Como é sabido a ocupação iniciou – se na Ribeira Grande que, até finais do século XVI constitui o principal núcleo populacional de Cabo Verde. Devido a vicissitudes diversas e adversas a sua decadência⁸ tornou – se iminente a partir do século XVII.

Administrativamente, está dividida em sete concelhos, totalizando com a cidade da Praia, que ao mesmo tempo é a capital do arquipélago e a mais populosa do país com aproximadamente, 104. 953 habitantes, dos 266.161 da ilha⁹.

⁸ Ribeira Grande foi o espaço por onde começou a ocupação e dominação efectiva, ainda nos primeiros anos do século XVI. Sobre a dimensão histórica da Ribeira Grande cf. ALBUQUERQUE, Luís de. *O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde*. In: História Geral de Cabo Verde. vol. I. Lisboa – Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde. 1991

⁹ Instituto Nacional de Estatística (INE). CENSO 2000: *Zonas e Lugares*. Praia. Edição INE. Julho 2002.

Desde o início do seu povoamento, estas ilhas foram marcadas por um relativo desenvolvimento, fruto da sua localização geo - estratégica no contexto das viagens de longo curso no Atlântico Médio, constituindo igualmente importantes pontos de apoio à navegação. Sobre este assunto, Elisa Silva Andrade¹⁰, aponta a importância deste arquipélago no meio caminho entre os três continentes, facilitando a navegação transatlântica e o comércio triangular da época, dos quais viria a beneficiar a própria a Cidade da Praia. Esta posição reforçou, por um lado, o povoamento da ilha em apreço que, inicialmente, não foi fácil, tal como refere Orlando Ribeiro¹¹ e os obstáculos foram reconhecidos através de documentos de chancelaria, na forma do excerto subsequente:

“[...] por ser tão alongada de nossos reinos a gente não quer em ela viver senão com mui grandes privilégios e franquezas e despesa sua por isso, e a rogo do Infante, considerou o rei que os moradores da dita ilha que daí em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhes prouver poderem ir com navios a tratar e resgatar em todos os nossos tratos das partes da Guiné [...]”¹².

Neste contexto, o povoado de Alcatrazes começa a evidenciar como principal urbe, pese embora a sua vida ser também efémera.

Assim, já no século XVI é a Praia que vai destacar como um núcleo importante de Santiago, e é sobre este povoado que iremos falar nos pontos que se seguem.

¹⁰ ANDRADE, Elisa Silva. *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta á Independência Nacional (1460-1975)”*. Paris. Ed. L’Harmattan. 1996. p. 61.

¹¹ RIBEIRO, Orlando. *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*. Lisboa. Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. 1955. pp. 100-101.

¹² BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental) 2 Série: Tomo I. (1342 – 1499)*. Lisboa. 1958. pp. 431-435.

1.2. A Evolução Histórica da povoação da Praia

Ao contrário da Ribeira Grande, a vila da Praia encontra - se implantado sobre uma achada elevada, localizada numa baía.¹³ Com o declínio da Capitania de Alcatrazes na segunda década de quinhentos, o povoado da Praia de Santa Maria passou a ser sede da capitania do norte ao mesmo tempo que ascendeu à categoria de vila.

A Praia evoluiu a partir de uma pequena aldeia portuária que já nos meados do século XVI concorria com os portos da Ribeira Grande e Alcatrazes no comércio com a vizinha costa africana.

No início, à semelhança de outros espaços do arquipélago, a Praia é uma terra deserta, sem homens. Neste sentido, tudo começa pelo porto cuja primeira referência data de 1515. Tratando - se de uma terra sem gente, a primeira preocupação das autoridades terá de ser a de povoá - la.¹⁴

Assim, a Praia de Santa Maria¹⁵ foi conhecendo ao longo dos tempos uma progressiva evolução assumindo um papel cada vez mais importante no quadro do desenvolvimento nacional.

¹³ Nasceu muito modestamente no século XVI, aquela que viria a ser capital da província de Cabo Verde, em substituição da moribunda Ribeira Grande. Por volta de 1550 já tinha uma igreja coberta de colmo, sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, a padroeira da freguesia de que a cidade é cabeça, festejada a 15 de Agosto (...). A ruína da Ribeira Grande e a melhor localização da Praia fizeram desta a substituta indubitável da primeira, contribuindo para isso o diploma enérgico do Marquês de Pombal, que ordenou a mudança da capital (...). A necessidade de abrigar os órgãos da administração e o incremento dos moradores deram um impulso de crescimento à povoaçãozinha, cujo porto começou também a ganhar importância, como escala obrigatória da navegação da Guiné. AMARAL, Ilídio do – *Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens*, Lisboa, Junta de investigação do Ultramar, Lisboa, 1964, p.327-328

¹⁴ Não foi necessário nenhuma medida tomada pelas autoridades, isto porque a medida que as povoações de Alcatrazes e Ribeira Grande foram – se decaindo, a Praia ia recebendo gentes daquelas paragens que ali decidiram fixar residência.

¹⁵ Primeiro nome que lhe foi dado, a Praia de Santa Maria nasceu no extremo de um pequeno planalto defronte a mais extensa baía do sul da ilha de Santiago. Dominando a baía e o ilhéu de Santa Maria e cingida por duas ribeiras, a Praia foi conhecendo ao longo dos tempos uma progressiva evolução, assumindo um papel cada vez mais importante, rivalizando com Ribeira Grande desde o início do século XVII, até que no século XVIII acaba por ser capital das ilhas, para no século XIX ascender á categoria de Cidade.

Por ordem do Marquês de Pombal em 1770, a Praia obteve o estatuto da capital do arquipélago, por ser mais seguro, visto que é um sítio alto e apto à defesa.

O processo de instalação do povoado da Praia deu - se por fases, ou seja, o primeiro núcleo foi instalado na Praia Grande que oferecia melhores condições para a sua implementação, por outro lado havia a baía que devido as suas águas profundas tinha boas condições de navegabilidade e a construção de um bom porto além de permitir uma defesa eficaz.

Duas situações vão contribuir para reforçar a importância do povoado da Praia. A primeira está ligada ao desmantelamento da Capitania do Norte que estava sediada em Alcatrazes e a segunda é devido as más condições de funcionamento do porto da Ribeira Grande.

Como dissemos anteriormente, por volta de 1778 aparece o primeiro alinhamento das ruas ao mesmo tempo que encontramos edifícios da época: a igreja, a casa do governador, a câmara, e prisão assim como as primeiras obras defensivas nos cabos de Temerosa e de Mulher Branca.

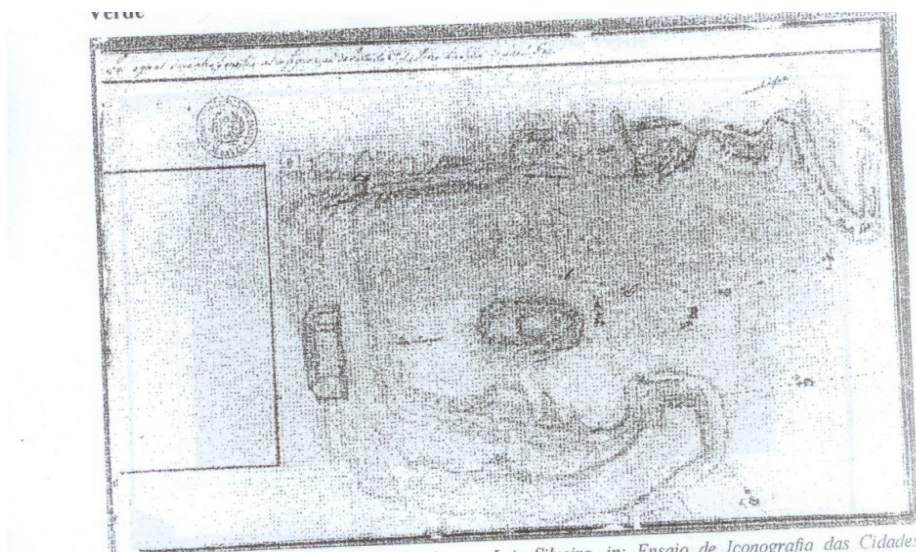
Ilídio do Amaral descreve - nos assim a vila no final de setecentos: “(...) *Quando se fez a mudança definitiva da capital (1770), a Praia era um aglomerado de população diminuta que vivia em casebres cobertos de palha, irregularmente dispersos numa pequena área da achada, em torno do largo onde ficavam a igreja de Nossa Senhora da Graça, a casa da Câmara e cadeia. Cerca de 20 anos depois graças aos esforços do governador Marcelino António Bastos, começaram a surgir as primeiras casas, cobertas de telha e a primeira rua alinhada, a Rua do Corvo (...)*”¹⁶

É assim que vimos crescer a vila da Praia de Santa Maria, assumindo um papel crucial no virar das páginas da História do arquipélago, sobrevalorizando - se o seu Porto, que até então era tido como a força motriz no desenvolvimento sócio - económico do país. Não é de esquecer que na transferência das duas sedes das

¹⁶ AMARAL, Ilídio do – *Santiago de Cabo Verde – A Terra e os Homens*, Lisboa, Junta de investigação do Ultramar, Lisboa, 1964, p. 328

capitanias (Alcatrazes e Ribeira Grande) para a Praia, e mais tarde, a escolha desta vila para a capital do país foram levadas em considerações a condição portuária da Praia.¹⁷

Fig. 3 - Planta do Porto da Vila da Praia de Santa Maria da Ilha de Santiago de Cabo Verde



Fonte: Imagem gentilmente cedida para este trabalho

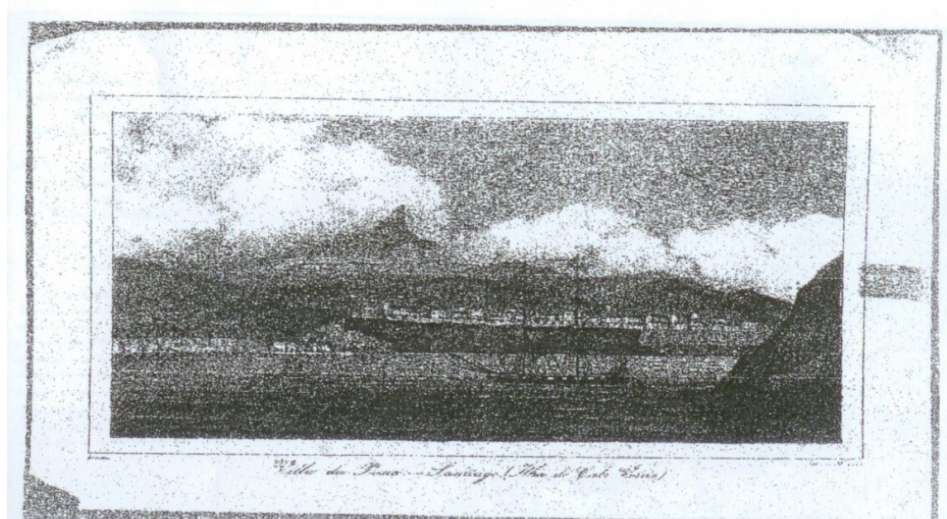
A figura 3 representa um esboço, do que seria a Praia dos finais do século XVIII início do de XIX, no qual se vê a localização da vila sobre um planalto, terminando por uma rocha escarpada. Destacam - se, entre outros edifícios, a casa e os armazéns da administração da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão situada no vale da parte Oeste da vila. Realça - se ainda os diversos fundos do porto e o projecto das fortificações de que o mesmo necessitava para defesa.

Na figura 4 encontramos a vista geral da vila e dos seus arredores: o mar, o porto, as praias e as palmeiras, as falésias do planalto e da Achada Grande. Constata - se que a

¹⁷ Perante a penosa decadência da Ribeira Grande, a vila da Praia surge aos olhos dos poderes públicos como o espaço urbano alternativo. As virtualidades portuárias aliadas às condições higiénico – sanitárias vigentes, fazem do burgo objecto de concurso e procura por parte da navegação transatlântica, sobretudo aquela que tem por destino as colónias portuguesas, francesas, inglesas e holandesas das Américas. CORREIA e SILVA António - *Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades*, In História Geral de Cabo Verde, Vol III, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural de Cabo Verde, Lisboa – Praia, 2002, p. 27

vila está mais urbanizada. Sobre o planalto é possível reconhecer os quarteirões principais já alinhados, núcleos de casas assim como o muro da fortificação que parte da entrada sudoeste da vila e termina com a pequena bateria.

Fig. 4 - Baía da Praia da Ilha de Santiago de Cabo Verde



Fonte: Imagem gentilmente cedida para este trabalho

Um viajante inglês, J Barrow, de passagem por Cabo Verde por volta do fim do século XVIII, descreve assim a Praia: “ *No alto do platô que domina a baía (...) está situada a igreja, sem campanário, em torre, nem nenhum sinal para indicar a usagem à qual ela é destinada ou que a diferencie dos outros edifícios da vila, a exceção duma cruz de madeira erguida no telhado. Tem ai também uma espécie de fortificação em ruína (...) A prisão atrás da igreja é de longe a melhor construção entre todas as outras. A casa do governador é construída de madeira, situada no alto do platô à direita, ela domina o vale acima de um coqueiral. Tinha uma espécie de taberna ocupada por oficiais de cor.*”¹⁸

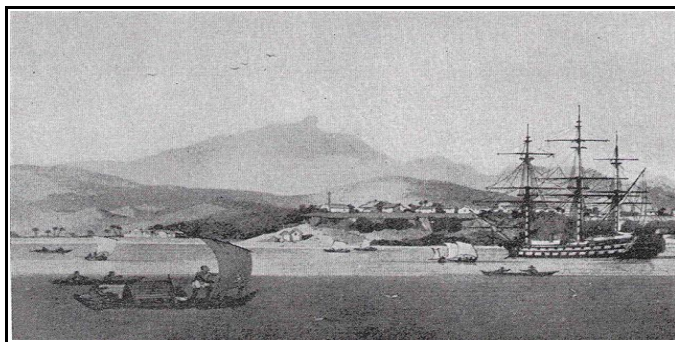
O mesmo autor informa que “*a casa do governador como um barracão de madeira, o quartel de tropa estava por acabar, o hospital militar estava em precárias condições, a igreja era pequena, não tinha cais de desembarque e as condições de salubridade do povoado não eram as melhores.*”¹⁹

¹⁸ J. Barrow – *A voyage to Cochín China in the years 1792-1793*, London, 1806.cit em Programa de Planeamento urbano da Cidade da Praia, Plano Detalhado de Salvaguarda do centro histórico, Fascículo I, Praia, 1991, p.9

¹⁹ J. Barrow – Op. Cit, pp. 328-329

Mas ao longo do século XVIII regista - se uma lenta e progressiva retoma da actividade portuária.²⁰Toda essa movimentação do porto da Praia fez com que as autoridades locais, sediadas na cidade da Ribeira Grande, e o poder central encarassem a vila de outra forma. Passa - se então a investir mais seriamente na ideia da transferência da sede dos órgãos do poder para a Praia, e na segunda metade desse século ela se concretiza de facto, passando o governador a residir habitualmente ali a partir de 1769. “A *própria companhia de Grão - Pará e Maranhão, criada em 1755, a quem foi entregue o monopólio do comércio em todo o arquipélago, optou por ter os seus armazéns ali nessa vila. É certo que o arquipélago, em termos comerciais deixara, de estar inserido directamente no grande mercado atlântico, mas não perderá a sua importância estratégica, importância essa agora capitalizada no porto da Praia.*”²¹

Fig. 5 - O movimento portuário da Praia datada de 1806



Fonte: SILVEIRA, Luís. Ensaio da Iconografia ... p. 125. e FAZZINO, Enzo (Coord.)

Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Praia. Edição da Comissão das Comunidades Europeias. Cabo Verde, 1991. p. 18.

António de Paula Brito descreve a Praia de oitocentos: “(...) *este planalto é todo ocupado pela cidade, que tem quinze ruas, seis travessas, três becos, um jardim, cinco calçadas ou rampas e cinco largos ou praças. As ruas são direitas, espaçosas bem*

²⁰ O número de navios que tomam a Praia por escala aumenta lenta mas persistente (...). Agora que a ordem atlântica de Tordesilhas se encontra definitivamente submergida, barcos de diversas nacionalidades, demandando os mais variados destinos, como a Guiné, Serra Leoa, Índias Orientais, Caraíbas, Suriname e o Brasil, passam a tomar a aguada da Praia por escala. Este facto faz reanimar a vida comercial da vila. Camponeses do interior da ilha acorrem à Praia Grande para vender porcos, galinhas e cabras às tripulações dos navios em trânsito, os quais em contrapartida, lhes oferecem, como moeda de pagamento, fatos velhos, chapéus, sapatos etc. O espaço litorâneo entre a Praia Grande e a Fonte Ana, onde se faz a aguada, adquire a efervescência típica das zonas portuárias. SILVA, e Correia António – *Combates pela história*, Spleen edições, Praia 2004, pp 156-157

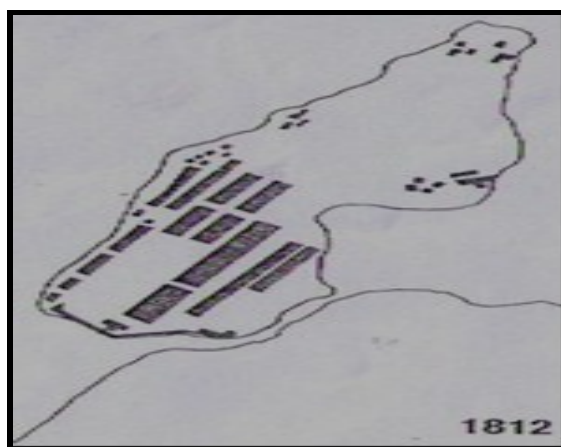
²¹ BALENO, Ilidio – *Cabo Verde e as rotas atlânticas*, In: La Bataille de Parya de 1781, Ambassade de France, Praia, s/d, p39. (cit. por José Silva Évora)

alinhadas e calçadas, marginadas de edifícios regulares, havendo muitos elegantes e de construção moderna, e andar nobre, existindo apenas dois prédios de dois andares. Todas estas ruas, travessas e praças são iluminadas a petróleo: pena é que existam alguns pardieiros espalhados por elas, o que dá um aspecto desagradável a certas ruas que são marginadas de árvores e preparadas para uma cidade de primeira ordem.” Logo, esboça - se nos finais do século XVIII, uma tímida acção de estruturação da vila.”

22

Segundo a planta de 1812, abaixo indicada, constatamos que a extensão do Platô é realizada segundo o alinhamento da rua principal. Os acessos ao Platô sobretudo para o abastecimento de água, as praias assim como as preciosas informações de ordem militar.

Figura 6 - A extensão do Platô em 1812



Fonte: FAZZINO, Enzo (Coord.) Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Praia. Edição da Comissão das Comunidades Europeias. Cabo Verde, 1991, p. 18.

As ruas foram calcetadas e alinhadas e um grande número de pardieiros foram substituídos por casas regulares cobertas de telhas com a chegada do governador João da Mota Chapuzet entre 1822 a 1826.

Assim, no século XIX, a Praia vai ter um forte crescimento devido ao cuidado e zelo de alguns governadores. Em 1841 e nas décadas seguintes a vila da Praia, contava com

²² BRITO, António de Paula – *Subsídios para a Corographia da Ilha de Santiago*, Lisboa, 1888, p. 159

150 casas e cerca de dois mil habitantes. Nesta época o Platô estava fortificada, e em conclusão os primeiros edifícios da área da Alfândega ao pé da falésia já estavam construídos.

Pode - se dizer que, depois de passar por situações difíceis nos finais do século XVIII, conheceu uma ligeira melhoria com o Governador Marcelino António Bastos (1796 - 1802) para, posteriormente registar mudanças substanciais com o governador D. António Coutinho de Lencastre (1808 -1813). No século XIX vai conhecer melhorias significativas após uma serie de medidas que visavam melhorar as condições básicas de uma vila que queria ascender à categoria de Cidade. E algumas dessas medidas foram tomadas graças aos rendimentos que o porto proporcionou numa altura em que a dinâmica do movimento portuário assumiu novos contornos pelo número de navios estrangeiros que escalaram a ilha de Santiago com todos os aspectos positivos advenientes.

No dia 29 de Abril de 1858, a vila da Praia foi elevada à categoria e cidade, com a denominação de “Cidade da Praia de Santiago”, pelo decreto de que diz o seguinte *“Sua Magestade El - Rei, manda, pela Secretaria d’Estado dos negócios da Marinha e Ultramar, remetter ao Governador geral da Provincia de Cabo Verde, a inclusa copia authentica do Decreto de 29 d’Abril último, pelo qual houve por bem elevar a Villa da Praia da Ilha de S. Thiago à cathegoria de Cidade, com denominação de = Cidade da Praia de S. Thiago (...)”*²³

²³ Ver o decreto em anexo

CAPITULO II

Problemática do património construído da cidade

2.1 Enquadramento teórico

Neste capítulo começaremos por traçar os paradigmas e conceitos pertinentes no âmbito do património histórico construído para depois centralizarmos na situação da cidade da Praia relativamente a esta matéria.

Começemos com a classificação de conceitos, nomeadamente o de património²⁴. *“Esta bela palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.*

²⁴ Está, ligado tanto aos valores materiais, como aos simbólicos e às vertentes estética e cognitiva, em função das memórias e dos saberes que integra, relacionando – se, ainda, com o conceito de tempo, a percepção da raridade e o respectivo valor cultural (histórico, sociológico e antropológico). Por tudo isto, é um bem do homem para a sua comunidade e nele se integra o conhecimento do “fazer” e do “saber fazer”, assumindo, deste modo, a função social de transmissão de testemunhos de uma geração para outra. João Lopes Filho - Introdução à Cultura Cabo – Verdiana.p25

Requalificada por diversos adjetivos genéticos, natural, histórica, etc, que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório.”²⁵

A expressão património histórico, “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou à dimensões planetárias. Constituindo - se pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que se congregam por ter um passado comum: obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e “savoir - faire” dos seres humanos.”²⁶

Esse termo muito antigo tem vindo ao longo da história a assumir sentidos diferentes. De início estava ligado somente às concepções jurídicas, isto é, dizia respeito à herança familiar assente na justiça, especialmente sobre os seus direitos de propriedade. Não se associava à colectividade, ao social. Pelo contrário, associava - se ao individual, à relação privada entre o grupo, definido segundo o direito e os valores materiais concretos considerados património.

Entendia - se que “o património era sobretudo os bens possuídos por uma pessoa ou por uma família ou por uma entidade e que se transmite como espécie de elo material que constituía a base estável da sucessão de gerações e garantia a sua subsistência ou a sua reprodução (...) só há pouco tempo a palavra alargou o seu âmbito, para designar predominantemente os bens como um valor cultural e mesmo os valores invisíveis ou imaginários a que se dá o nome de “património simbólico”. Actualmente, portanto começa a arrear - se a noção de um património colectivo cuja preservação de toda a comunidade é responsável e que por isso cria em todos os seus membros direitos e deveres de intervenção para preservar e valorizar toda a espécie de bens como valor patrimonial”²⁷.

Relativamente ao património histórico, representado pelas edificações, de acordo com Françoise Choay (2006), em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são mais sinónimos. A partir da década de 1960, os

²⁵ CHOY, Françoise. *A alegoria do património*.ed.70,Lda. P11

²⁶ CHOY, Françoise. *A alegoria do património*.ed.70,Lda. P11

A protecção, conservação, interpretação e apresentação do património e da diversidade cultural de qualquer lugar, ou região em particular, é um desafio importante para as pessoas do e todas as partes. (carta internacional do turismo cultural – Gestão do turismo nos sítios com significado patrimonial. México 1999).

²⁷ LOPES Filho João. *Introdução à Cultura Cabo Verdiana*. Instituto Superior de Educação.2003.p. 25

monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer, com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das geografias das quais esses bens se inscrevem.

*“ A defesa do património passa, pois pela preservação de todos os objectos, paisagem, fauna e flora, que formam um conjunto de valores culturais e estéticos pertencentes a toda comunidade. Está assim ultrapassado o conceito de património como monumento isolado. Ele só tem sentido no conjunto envolvente do contexto cultural e humano.”*²⁸

Em relação a Cabo Verde, nesta matéria, dizer que *“o património cultural cabo-verdiano é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura cabo - verdiana através do tempo.”*²⁹

O espaço urbano Cabo - Verdiano e naturalmente o seu património constituem uma importância particular, para quem queira conhecer as verdadeiras raízes da nossa identidade.

No art. 16º da 1ª Constituição da República de Cabo Verde vem expresso o seguinte: *“É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à salvaguarda da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O estado preserva, defende e valoriza o património cultural do povo cabo - verdiano.”* É verdade que este seja o papel ou dever do estado e, não só, de todos os cidadãos, dado que o património é um dos elementos que nos identifica como um povo e nos diferencia dos outros.”

Segundo João Lopes Filho, *“o património construído pode ser objecto de classificação segundo os vectores históricos, culturais, imobiliários e arquitectónicos,*

²⁸ LOPES, Filho João. *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*. Plátano Editora. p. 81

²⁹ Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro

Um objectivo primário da gestão do património é a comunicação do seu significado e a necessidade da sua conservação para a sua comunidade residente e para os visitantes. O acesso ao património, razoável e bem gerido física, intelectual e emocionalmente, e ao desenvolvimento cultural é tanto um direito como um privilégio. (carta internacional do turismo cultural – Gestão do turismo nos sítios com significado patrimonial. México 1999).

tendo em conta elementos de uma área, ou o seu conjunto, num grau correspondente ao valor que justifique e subdivide - se em urbano e rural.”³⁰

O património construído, tem um significado histórico na vida de um povo de forma abrangente e diz respeito a quase tudo o que, recebe da intervenção humana na sua constituição. De alguma forma corresponde a um conceito pouco preciso de edifícios com valor cultural e tem vindo a merecer cada vez mais a atenção, o cuidado, a preocupação e o investimento, tanto públicos como privados.

Num mundo globalizado em que vivemos, a modernidade torna uma inspiração. Mas também concordamos com João Lopes Filho, quando afirma que *“se pode muito bem renovar sem se renegar ou destruir as origens”*.³¹

Segundo, o mesmo autor, *“o conceito de património cultural tem vindo a evoluir com os tempos. Desde a Carta de Atenas, datada de 1939 em que Corbusier lançou o primeiro alerta, até ao recente documento de Nairobi (1976), passando pela reunião de Paris, em 1962 e pela Carta de Veneza, de 1964, são todos marcos significativos das transformações ocorridas na definição do património cultural. Acrescentando que os monumentos são de facto indiscutíveis testemunhos materiais da história e da cultura de um povo, não é menos verdade que o estudo de uma sociedade exige bem mais que o reflexo estético e histórico de um monumento isolado. Daí que o conceito do monumento seja também amplo.”*³²

Relativamente aos *“monumentos históricos, são obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras bem como as obras*

³⁰ O património urbano será o resultado da relação entre os processos sociais e os espaços onde estes se desenvolvem.

³¹ LOPES, Filho João. *Defesa do Património Sócio - Cultural de Cabo Verde*. Lisboa. 1985. P.17

³² LOPES, Filho João. *Cabo Verde Subsídios para um levantamento cultural*. Plátano Editora. p. 80

O conceito de monumento histórico abrange não só os trabalhos de simples arquitectura, mas também o enquadramento urbano ou rural onde se encontram as evidências de uma civilização em particular, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico. Isto aplica – se não só as grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com a passagem do tempo. (Carta Internacional sobre a conservação e o restauro dos monumentos e sítios. Carta de Veneza – 1964).

de cultura ou de pintura monumental.”³³ Essa mesma lei³⁴ afirma que é obrigação do Estado preservar, defender e valorizar o património cultural do povo Cabo - verdiano, incumbindo - lhe criar e promover as condições necessárias para o efeito.

O Estado deve criar condições para a defesa do património do País, formando quadros ou equipas, cada um numa área específica, capazes de elaborar programas de salvaguarda e zelando pela sua recuperação e/ou recuperação; Criar grupos de associações recreativas culturais que vão trabalhar na informação e sensibilização da sociedade sobre este aspecto; Descentralizar a gestão dos patrimónios entregando - a à tutela do município, disponibilizando verbas para conservar e trabalhar para o melhor uso desses patrimónios.

A Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, “*que tem por objectivo a preservação e valorização do património cultural Cabo - verdiano, classifica um monumento histórico cuja conservação apresenta do ponto de vista histórico, arquitectónico ou artístico, um interesse público.*”

³³ Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro

É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural Cabo – Verdiano. (Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro. Artº 5º).

³⁴ 1ª Constituição da República de Cabo Verde, art. 16º.

CAPITULO III

A antiga Alfândega, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, o Paços do Concelho e o Hospital: Edifícios públicos com características próprias

Neste capítulo vamos destacar quatro edifícios públicos da Cidade da Praia que associam as suas características arquitectónicas à funcionalidade do mesmo e tentar estudá - las enquanto elementos com valor patrimonial após breves informações sobre a estruturação do espaço praiense, no ponto anterior. Aludimos referências históricas sobre a antiga Alfândega, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, o Paços do Concelho e o Hospital.

Até ao século XIX não havia nem no ocidente nem nas zonas de influência dos estados europeus a tradição construtiva de edificação de obras arquitectónicas com funções e características próprias expressas em vários edifícios públicos.³⁵ Por exemplo, no caso da cidade da Praia, não havia a tradição de se construir espaços próprios para o funcionamento de várias instituições tais como, o hospital, o edifício representativo do poder central entre outras. Reporta Travassos Valdez, que o hospital da misericórdia funcionou primeiramente em espaço alugado³⁶ e do mesmo modo refere a literatura consultada que o antigo Quartel General dos Governadores Gerais, isto é o espaço de trabalho e residência da mais alta autoridade no arquipélago sedeadada na cidade da Praia, durante muito tempo funcionou em edifício arrendado.³⁷

A tradição de se construir edifícios com características próprias para determinadas funções, afirmou - se, como referimos anteriormente, no século XIX. É assim que a partir dessa altura procurou - se adoptar a urbe de edifícios com funções concretas e construídas de raiz como foram os casos que são objectos desse estudo: a antiga Alfândega, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, o Paços do Concelho e o Hospital da Praia.

3.1A antiga Alfândega da Praia

O edifício localiza-se no enfiamento que dá acesso à Rampa S. Januário, à escassa distância do Platô, próximo da praia da Gamboa tendo à sua frente a Capitania dos Portos da Praia, onde se localiza também o Cais Antigo. Inicialmente ali funcionou a Alfândega da Praia, hoje, Arquivo Histórico Nacional, passando os Serviços Aduaneiros a funcionar no Porto da Praia, próximo da Achada Grande desde 1992.

³⁵ TUFELLI, Nicole – A arte no século XIX. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 96

³⁶ VALDEZ, Francisco Travassos. - *África Ocidental*. Lisboa. Tomo I. Imprensa Nacional. 1984.

³⁷ BRITO, António de Paula – *Subsídios para a Corographia da Ilha de Santiago*, Lisboa, 1888.

Nos primórdios do povoamento, o aparelho económico-social encontrava-se instalado na Ribeira Grande³⁸. Posteriormente, na capitania do Norte (Alcatrazes³⁹), instalou-se um outro que, entretanto, foi transferido para a povoação da Praia de Santa Maria, possivelmente em 1517. O bom porto de que a vila dispunha, favoreceu o estabelecimento da alfândega na mesma. Segundo José Évora⁴⁰, “a alfândega funcionava mediante a existência de livros de rendimento e de gasto que testemunhavam o movimento de entrada e saída de capital. Além de registarem o movimento alfandegário, os livros determinavam os dízimos devidos à coroa e fiscalizavam os rendimentos agrícolas.”

Fig: 7 - Edifício da Alfândega da Praia



Fonte: Imagem gentilmente cedida para este trabalho

O edifício atinge os finais do século XIX com este espaço revelado pelo documento consultado e desde então afirmou-se na baía com imponência, destacando-se o seu grande primor construtivo, como veremos mais adiante.

³⁸ A Ribeira Grande, sede da capitania do Sul, foi o primeiro espaço cabo-verdiano a ser povoado, em 1462.

³⁹ Com o seu declínio na segunda década de quinhentos, a povoação da Praia de Santa Maria passou a ser a sede da capitania do Norte e, na mesma época, ascendeu à categoria de vila.

⁴⁰ ÉVORA, José Silva. *A Alfândega da Praia (Ilha de Santiago) – Um Modelo de Administração Colonial portuguesa em Cabo Verde*. In: *Revista de Portugal*. Nº 2. 2005. p. 28.

Com o aceleramento do movimento alfandegário, entre 1860 e 1870, nas ilhas houve a necessidade da criação de estruturas capazes de acompanhar esse desenvolvimento. Assim sendo, “ *determinou em portaria de 12 de Novembro de 1873 a construção da alfândega na Praia e por portaria régia de 28 de Novembro de 1874 foi autorizado o governador Arrobas a contrair um empréstimo de 30 contos de réis com aplicação a essa obra, sendo o respectivo contracto aprovado por decreto de 20 de Maio de 1875*”⁴¹. Esta edificação ficou concluída em 1879, tendo entrado em funcionamento no mesmo ano “ *A contar do dia 12 de Maio próximo futuro em diante as repartições da alfândega desta cidade começarão a funcionar no novo edifício que para esse fim foi construído.*”⁴² No entanto, há autores que defendem que o término da sua construção data de 1880, “ *... a nova alfândega foi acabada em 1880 com o cais de madeira.*”⁴³

O edifício representa um dos maiores patrimónios coloniais existente em Cabo Verde, podendo ser considerado do ponto de vista da sua arquitectura, e estética um monumento nacional.

Fig: 8 - Edifício da Alfândega: Actual Arquivo Histórico Nacional



Fonte: Autor, Junho 2009

⁴¹ SENNA BARCELLOS, Christiano José de. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*. Parte VI. Lisboa. Imprensa Nacional. 1912. p. 291.

⁴² B.O. nº 17. 26 de Abril de 1879. Portaria nº 129.

⁴³ FAZZINO, Enzo (coord.). *Cidade da Praia, Plano de salvaguarda do centro histórico*. Comissão das Comunidades Europeias e Delegação da Comissão na República de Cabo Verde. Cabo Verde. Janeiro 1991. p. 13.

3.1.1. *Características Arquitectónicas*

O edifício apresenta - se, tal como se pode ver na imagem acima, como uma obra arquitectónica de dois níveis (nível térreo ou seja o 1º piso e um outro piso superior). Trata - se de uma obra arquitectónica que pode ser integrada na corrente estética neo - clássica . Como é sabido, o neo - classicismo na arquitectura é o “*estilo arquitectónico surgido durante o neoclassicismo, movimento cultural do fim do século XVIII, identificada com a retomada da cultura clássica por parte da Europa Ocidental. A relação entre o Homem e a natureza se transformou, aumentou a capacidade humana de exercer controle sobre a natureza, por meio da técnica e houve uma mudança nas relações culturais e sociais.*”⁴⁴

Respeitando a corrente estética neo - clássica, o edifício apresenta - se como um conjunto de elementos arquitectónicos de inspiração clássica que mais se destacam na grande quantidade de arcos. Assim temos, nas várias portas e janelas, a presença de arcos redondos ou de volta perfeita, muito comuns em varias obras de cariz neo – clássica que foram edificadas na cidade da Praia oitocentista e referenciadas na literatura da especialidade como é o caso de Maria João Rodrigues.⁴⁵

Entre outros elementos que representam o neo - classicismo nesta imagem podemos realçar a sua geometrização, presente nas linhas verticais (pilastres) e linhas horizontais na forma de estreitas faixas e frisos que têm a função de quebrar a monotomia da parede lisa e tornar o edifício mais belo.

Do ponto de vista funcional foi edificado para albergar os serviços da Alfândega da ilha de Santiago. Daí a existência de extensos armazéns agregadas a uma composição de dois níveis que se subdivide em vários compartimentos que correspondia aos serviços administrativos e funcionais da própria Alfândega.

⁴⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquitetura_do_neoclassicismo, cedida em 09/09/2009.

⁴⁵ RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord.). *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Lisboa. Quimera. 1996.

3.2 A Igreja de Nossa Senhora da Graça

Com o crescimento da Cidade da Praia e da sua elevação à categoria de Cidade, o primitivo local de culto que situava na actual calçada Diogo Gomes, foi erguida em “*invocação de Nossa Senhora da Graça, que se festeja a 15 de Agosto.*”⁴⁶ Construída “*por volta de 1515, e coberta de colmo, com capela-mor edificada em 1526, na mesma participou o célebre engenheiro português Pedro Nunes.*”⁴⁷ Em 1646 foi erguida sob o impulso do Padre Gaspar Vogado porque já não condizia com as necessidades religiosas que desempenhara até então. Igualmente Francisco Travassos Valdez, alude a mesma, como “*edifício impróprio para conter a população de uma capital de província.*”⁴⁸ Em 1890, António de Paula Brito referia a esse espaço sacro, como “*edifício mesquinho e impróprio para tão alto fim, e que devia ser arrazado para dar lugar a um templo digno do culto christão e da capital da província.*”⁴⁹ Por conseguinte, o estado lastimoso do então templo e pela sua pequenez, pois, acolhia “*umas duzentas pessoas*”⁵⁰, leva o Governador-Geral da província, José Maria da Ponte e Horta⁵¹ a tomar medidas no sentido de construir uma nova edificação procurando satisfazer as necessidades dos habitantes da cidade.

Devido ao estado avançado de degradação da antiga igrejinha, decide-se a edificação de um novo templo apropriado as novas demandas exigidas pela urbe que estava em franca expansão antes funcionando de forma permanente numa casa alugada no Largo do Guedes para servir de templo.⁵²

A construção da nova catedral seria ordenada no ano de 1870⁵³, nomeando uma comissão que estaria a cargo de indicar os meios para a sua edificação. Para tal, autorizou-se a compra de um terreno pertencente ao Banco Nacional Ultramarino,

⁴⁶ CHELMICKI, José Conrado Carlos de – *Corografia Cabo – verdiana ou Descrição Geographica – Histórica da Província das ilhas de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa. 1841. p. 27.

⁴⁷ CORREIA E SILVA, António. *Espaços urbanos de Cabo Verde*.... p. 49.

⁴⁸ TRAVASSOS VALDEZ, Francisco. *África Occidental*. ... pp. 201-202.

⁴⁹ BRITO, António da Paula. *Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1890. p. 44.

⁵⁰ AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde*....p. 329.

⁵¹ CARREIRA, António (Apresentação, notas e comentários). *Notícia Corográpica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa. Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1985.

⁵² PEREIRA, Padre Pimenta. *Paróquia de Nossa Senhora da Graça (1983-1993)*. Edição do Grupo Paroquial “João Paulo II”. Praia. Março de 1995. p. 26

⁵³ Imprensa Nacional de Cabo Verde. *Boletim Oficial*. Praia. nº 22/1870. Portaria nº 131 de 21 de Maio.

*“situado entre a rua do Corvo e a Praça do Albuquerque, para nela se construir a igreja paroquial, efectuando-se a compra com o produto da subscrição promovida para esta construção.”*⁵⁴

*“Os trabalhos da construção do actual templo, iniciaram em 1 de Abril de 1886, com obras de remoção das pedras, escavação dos alicerces, bem como a exploração das pedras de alvenaria.”*⁵⁵ *Mesmo no momento da demolição da antiga igreja de Nossa Senhora da Graça, as autoridades exortavam para o aproveitamento dos materiais da referida construção para a edificação da nova igreja.”*⁵⁶ *Passados vinte e seis dias de trabalho, “fizeram-se 224,760 metros cúbicos de escavação para alicerces e trabalhou-se na exploração das pedras de alvenaria”*⁵⁷. A substituição da antiga igreja pela nova igreja de Nossa Senhora da Graça, importa frisar a visita pastoral do Bispo da Diocese de Cabo Verde D. Joaquim, as freguesias da ilha de Santiago a 10 de Junho de 1886. Nessa visita o Bispo, consta a necessidade da edificação de um novo templo, mesmo após a compra do terreno referido anteriormente, visto que tratara de verificar aquele prelado que a primitiva encontrava - se num estado de profunda degradação. *“O envolvimento da autoridade religiosa em referência veio acelerar o processo de construção do actual templo.”*⁵⁸ *“Assim, em 1894, as obras ganharam um novo incremento, com o Governador-geral Alexandre Alberto Rocha da Serpa Pinto, que só puderam ser concluídas em 1902, já sob a governação de Guedes Rebelo.”*⁵⁹ Pelo exposto constatamos que o novo templo, com todo o seu aparato edificante, foi construído de 1870 a 1902, em forma de cruz latina e com uma localização estratégica.

Está Localizado, na parte Oriental da Praça Alexandre Albuquerque, confrontada a Norte pelo Palácio da Justiça através da Rua Júlio Abreu, a Sul com a Rua Fontes

⁵⁴ Imprensa Nacional de Cabo Verde. Boletim Oficial. Praia Nº 20/1885. 27 de Maio, p. 157

⁵⁵ B.O da Província de Cabo Verde Nº 11 \1887. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1887.

⁵⁶ B.O da Província de Cabo Verde Nº 24 \1886: Edital de 12 de Junho. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1886. p. 128.

⁵⁷ B.O da Província de Cabo Verde Nº 11 \1887: Mapa demonstrativo da despesa feita com obras concluídas e em via de execução durante o período decorrido de 1 de Abril a 30 de Junho de 1886. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1887.

⁵⁸ DELGADO, GOMES, Denilson e Lourenço. *Influência da visita pastoral às freguesias de Santiago em 1886 na edificação da nova Igreja de Nossa Senhora da Graça*. In: Comunicação apresentada no Fórum: Ciências Sociais e Humanas em Debate. Praia. Organizada pelo ISE e UNICV em 29 a 30 de Maio 2008.

⁵⁹ PEREIRA, Pe Pimenta. *Paróquia de Nossa Senhora da Graça...* p. 33.

Pereira de Melo, a Oeste com Rua Serpa Pinto e a Praça Alexandre Albuquerque e a Este com a Rua Andrade Corvo.

A bela catedral ficou concluída sob a governação de Guedes Rebelo em 1902, celebrando então a primeira missa no dia 15 de Agosto do mesmo ano que pela primeira vez foi aberta ao público. *“Toda a cerimónia solene seria presidida, pelo Cónego António Duarte da Graça (orador, estilista e poeta).”*⁶⁰ Para além desta encontramos registos da época que lhe conferem honras, na medida que já em 1900 era pároco da respectiva diocese⁶¹. Seria tanto para dar resposta as demandas da época que a dita igreja, *“foi criada ainda com o intuito de mudar dos cemitérios para fora do centro comercial e administrativo, construindo o actual cemitério na zona da Várzea da Companhia, que vai dar um novo incremento a urbe que estava em constante expansão; segundo descrições da época nos relatam.”*⁶²

Descrevendo a beleza desta construção, Henrique Galvão na sua obra “Império Ultramarino Português”, afirmou que *“chocava desagradavelmente o contraste entre a arrogância desse templo (o nazareno) e a envergonhada e modéstia da pequena igreja católica da cidade.”*⁶³

A Igreja recebe as primeiras obras de *“restauração no ano de 1950, entre os quais destacamos no forro do tecto, na capela - mor, no madeiramento da cobertura, nos melhoramentos que elevariam o nível de segurança da igreja, como podemos ver na Memória Justificativa e Descritiva do projecto de continuidade, aludimos aos referidos trabalhos.”*⁶⁴ No início da década de setenta, a Igreja sofreu novas alterações no seu interior, devido às necessidades de ampliação, o que não alterou a sua fachada. Em 1995, passou por uma remodelação, que consistiu essencialmente na construção de uma casa de banho e restauro por completo do sistema de electrificação. As últimas obras que o templo recebeu, foram o ano de 2002, em comemoração do seu centenário,

⁶⁰ *Idem*. Nº 35. Ano III, Agosto de 1952. pp. 5-6

⁶¹ Carta de régia que concede honras de Parocho da Sé Catedral da Cidade da Praia o Cónego António Duarte da Graça de 21 de Maio de 1900, Cf. IAHN. SGG Livro A1 (R). A1/0029. fls. 77 – 77v. doc. 13.

⁶² Ofício ao governador do Bispado de oito de Janeiro de 1841. Cf. IAHN. SGG Livro A1 (R). A1/0738. fl. 4v

⁶³ Imprensa Nacional de Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação. Cabo Verde. nº 35. Ano III, Agosto de 1952. p. 6

⁶⁴ Cf. IAHN. *Memória Justificativa e Descritiva: Alçados e cortês*. In: MIT. Caixa 1866. 1950.

incidindo na pintura geral do edifício e o melhoramento da calçada que o circunda⁶⁵, atribuindo-lhe as características que podem ser observadas hoje.

Fig: 9 - Imagem da actual Igreja Nossa Senhora da Graça



Fonte: Autor, Junho 2009

3.2.1 Características Arquitectónicas

Passemos agora a mostrar aspectos, não menos importantes, nomeadamente o seu sentido estético, estilo arquitectónico e sentido do belo que esta Igreja impõe.

A sua singularidade impõe - se logo que nos aproximamos do Platô para quem vem no sentido de S. Januário, e motiva em cada um de nós o reconhecimento de um importante património arquitectónico.

Dimensionada para apoiar a freguesia de Nossa Senhora da Graça, é uma das principais manifestações arquitectónicas desta Cidade, um dos maiores patrimónios

⁶⁵ Câmara Municipal Da Praia. *A Igreja Matriz da Praia completa 100 anos – Uma reforma especial esperando os cem.* In: *Praia “Santa Maria”*. Edição da CMP. N° 2. Outubro de 2002. pp. 42-43.

existentes na Praia, em termos do seu valor simbólico e, pode ser considerada, do ponto de vista da arquitectura e da estética, um monumento nacional.

Não estaremos a altura de fazer uma análise do edifício à luz da história da arte e nem tão pouco do ponto de vista da estética. Dizer apenas que analisando o edifício no seu contexto e a relação que com os demais estabelece não será difícil perceber a sua enorme importância para o Centro da Cidade da Praia, realçada pelo subtil avanço em relação ao alinhamento, quer em termos arquitectónicos quer artístico, percebemos claramente que a atitude perante o edifício deve ser de respeito e veneração.

3.3. O Paços do Concelho

3.3.1. Do contexto do municipalismo em Cabo Verde à construção do edifício do Paços do Concelho

O edifício da Câmara Municipal da Praia, localiza – se na parte Sul do centro histórico da Cidade. *“A necessidade de espaços estratégicos para localizar áreas para comércio e serviços tendem a criar problemas sérios na conservação do património histórico construído da urbe, já que engendram uma significativa expansão volumétrica, modificando a escala deste centro, prejudicando as edificações históricas a proteger.”*⁶⁶

Dada a importância deste centro histórico, no âmbito deste trabalho passamos a apresentar uma breve cronologia dos acontecimentos históricos que marcaram a sua evolução até atingir o estatuto de cidade, na 2ª metade do século XIX, momento coincidente com a conclusão da edificação que alberga a Câmara Municipal.

*“Os primeiros municípios terão sido constituídos nas localidades onde a autoridade senhorial exercia já as suas prerrogativas e atribuições decorrentes da carta de doação, ou seja, Ribeira Grande, Alcatrazes/ Praia e S. Filipe. Ilídio de Amaral informa – nos que a Ribeira Grande já tinha Câmara desde 1512.”*⁶⁷

⁶⁶ Relatório do PUD do Platô. P. 10

⁶⁷ MOTA, Salvador Magalhães – *A Câmara Municipal da Cidade da Praia de Cabo Verde - Breve Resenha Histórico – Jurídica*

*“As obras que haviam de levar à edificação da magestosa construção para época, destinada a melhor acolher os serviços da Câmara Municipal, iria, incidir na remodelação e ampliação do edifício onde estava a primitiva casa da câmara. Em relação a tais obras, no ofício do Governo – geral da Província de Cabo Verde de 1858, enviado pelo vapor “Estephania” da carreira d’África tenho a ajuntar algumas reflexões sobre a importância relativa das obras a executar na ilha de S. Thiago com imposto de 3% aprovada pelo decreto de 20 de Setembro de 1858, em quanto não faço em geral de toda as obras e disposições tendentes ao desenvolvimento material da província.”*⁶⁸

Senna Barcelos sustenta que as obras foram iniciadas em Março de 1858.

Trata - se de um belo edifício, situado na actual Praça Alexandre Albuquerque, confrontada a Sul pelo Palácio Presidencial, a Norte pela Praça Alexandre Albuquerque; a Oeste pela antiga Rua Pedro Alvares Cabral, separando-a das instalações do antigo Banco Nacional Ultramarino, actual Banco Comercial do Atlântico e a este com antiga Rua do Quartel-General, hoje integrante da Rua Serpa Pinto, foi iniciado no século XIX mais concretamente em 1845.

Fig: 10 - Câmara Municipal da Praia antes da última restauração



Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Platô. Praia 1998.

⁶⁸ GOMES, Lourenço Conceição - *Valor Simbólico do Centro Histórico da Praia – Cabo Verde* Universidade Portucalense – Porto.

Há um contexto em que pode ser enquadrada o surgimento do edifício da Câmara Municipal da Praia, e que se refere ao aparecimento do municipalismo em Cabo Verde. Este, teve as suas origens na Ribeira Grande. Com a decadência desta última e da vila de Alcatrazes é transferida a Câmara dessa vila para o povoado praiense que viria a ser o centro administrativo da ilha e da Província. Aí afixou - se o poder autárquico da Praia representado pelo edifício em estudo.

As obras da Câmara Municipal da Praia, incidem na remodelação e expansão do edifício onde estava instalada a Prefeitura da Praia, construída em 1845.⁶⁹ Em relação as obras de remodelação, Senna Barcellos sustenta *que foram iniciadas em Março de 1858, no momento que se aproximava a elevação da vila À cidade e em que se dotava a Praia de importantes edifícios como a Alfândega, o Hospital, A Igreja que são abordadas neste capítulo. Umas e outras construções são mencionadas por Senna Barcelos que refere que as obras de primeira necessidade a executar na Praia dividindo - as em três classes: “obras em projecto (caes, edificio da alfandega, extinção dos pântanos); obras em andamento (hospital da Misericórdia, passeio do Fonte Ana ao do Pacheco) e as interrompidas (lazareto no ilhéu de Santa Maria, o quartel militar) (...).*

”⁷⁰

A obra da câmara viria a ser concluída em 1860, depois da Praia ter sido elevada à categoria de cidade, em 1858, como atesta o decreto, cujo conteúdo transcrevemos no capítulo anterior. A cidade recebeu a dignidade de ter uma obra desta envergadura, descrita por Francisco Travassos Valdez como “*um edificio digno de elogio e elegante na sua construção, dispondo de um interior grandioso e decorado*”⁷¹. O edifício construído na altura apresentava em 1914 -1915 o aspecto que ostenta na figura adiante indicada.

Fig: 11 - Paços do Concelho no aspecto em que ficou depois da sua remodelação e ampliação em 1860 – imagem datada de 1910

⁶⁹ BARCELOS, Christiano de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné (Vol. III, partes IV e V).* ... p. 156

⁷⁰ BARCELOS, Christiano de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné (Vol. III, partes IV e V).* ... p. 109.

⁷¹ TRAVASSOS VALDEZ, Francisco. *África Occidental.* p. 213.



Fonte: LOUREIRO, João. – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, p. 50.

A edificação em estudo constitui uma obra arquitectónica de grande prestígio para a cidade, construída em meados do século XIX, tendo merecido posteriormente acções de restauro.

3.3.2. Características Arquitectónicas

Trata - se de uma construção localizada no lado Sul da Praça Alexandre Albuquerque, sendo nas suas proximidades o edifício representativo da religiosidade do povo da Praia e no lado adjacente a Sul o antigo Palácio dos Governadores.

O Paços do Concelho é, pois, uma construção de dois níveis e o mesmo funciona actualmente como espaço de trabalho das autoridades políticas municipais, o Presidente, os Vereadores e toda a equipa de apoio.

No seu alçado principal é visível a nível do piso térreo um conjunto de aberturas destacando - se uma porta arqueada onde se vislumbra na parte superior um arco de volta perfeita, ladeada de três portas no lado direito e o mesmo número de entradas no lado esquerdo, equidistante da porta central. Na projecção das referidas portas

ceptuando a do centro, no rés – do - chão, foram aplicadas janelas altas que se dispõe da mesma forma retimada como as portas do rés - do - chão.

No enfiamento da porta central foi colocada uma porta janela que da acesso a uma pequena varanda suportada por duas misulas. A parte mais alta da parede do edifício é rematada por uma platibanda quebrada pela maior altura da torre. Nos cantos superiores foram colocadas gárgulas antropomórficas.

A cobertura do edifício é, a semelhança de muitas construções de prestígio da cidade, a quatro - águas. As discrições feitas podem ser visualizadas na imagem a seguir indicada.

Fig: 12 - Edifício dos Paços do Concelho no seu aspecto actual



Fonte: Autor, Junho 2009

O pormenor referido como gárgula antropomórfica, é a seguir apresentada na figura.

Fig:13 - Pormenor da gárgula antropomórfica



Fonte: imagem gentilmente cedida para este trabalho

Símbolo do municipalismo e do poder local. O edifício que alberga a Câmara Municipal da Praia, e semelhança dos outros edifícios referenciados anteriormente, constitui pois, um património de referência para esta Cidade.

3.4. O Hospital da Praia

3.4.1. Referências a necessidade da construção de um hospital na Praia

Segundo Travassos, “*o hospital de Praia, inicialmente funcionava num espaço sem nenhuma condição para o tratamento dos doentes (mal ventilado, quartos pequenos, tetos baixos, janelas pequena).*”⁷² Pressupõe por conseguinte, que se sentia a necessidade dessas construções e quiçá a vaga das construções públicas na Europa e particularmente

⁷² VALDEZ, Francisco Travassos. - *África Ocidental*. Lisboa. Tomo I. Imprensa Nacional. 1984. Pág. 202-203.

em Portugal, de certa forma, terá influenciado as autoridades coloniais a construir edifícios públicos de raiz em Cabo Verde para os mais diversos fins.

Existem alusões à existência de doentes de misericórdia no hospital militar em 1839, o que prova ser esta estrutura sanitária, provavelmente a mais antiga do burgo.

De acordo com Travassos Valdez, ainda o hospital militar funcionava numa espécie de pardieiro impróprio, mal ventilado, com quartos pequenos, janelas muito pequenas, encontrando-se em plena ruína, chovendo em todas as casas. Realça também que o Hospital de Misericórdia funcionava num espaço arrendado e só gozava deste nome. *“N’esta casa em uma espécie de armazém térreo estavam seis ou oito camas para os doentes da Misericórdia.”*⁷³

No seguimento de Santa Rita Vieira, *“fez-se por essa altura, uma subscrição onde se juntaram cerca de 600: 000 reis e com esses meios, a 30 de Maio de 1841 foi lançada a primeira pedra para a construção do Hospital de Misericórdia da Vila da Praia de Santa Maria.”*⁷⁴. Santa Rita Vieira afirma que, seguiu - se o traçado delineado pelo ex - director das Obras Públicas, António Maria Fontes Pereira de Melo. As obras continuaram até 1842, altura em que foi substituído João de Fontes Pereira de Melo, tio de ex - director das Obras Públicas, o grande regenerador da vida Portuguesa na segunda metade do século XIX, depois de terem estado paradas até que de novo, o mesmo governador voltou a ser nomeado, volvidos cerca de oito anos.

O Hospital de Misericórdia *“viria a ser erguido, num espaçoso terreiro mais a norte do centro histórico da Praia, denominado largo de Boa Vista, também chamado de largo do Hospital na sequência do empréstimo concedido no valor de 4000 \$000 reis e do impulso final do Governador Arrobas para dotar a província com um hospital, que sem dúvida na época era o melhor que havia nas possessões ultramarinas.”*⁷⁵ Na mesma linha de pensamento de Santa Rita Vieira, se sentia a falta de recursos para a conclusão da obra, e neste sentido, a Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia, autorizou-se para contrair um empréstimo no valor acima referido para poder levar avante a construção do edifício. O empréstimo acima mencionado, veio a

⁷³ VALDEZ, Francisco Travassos. – *África Ocidental*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864. pag. 202

⁷⁴ VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – *História da medicina em Cabo Verde*. Mindelo. Edição Patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde. 1999. Pag.50- 51.

⁷⁵ VALDEZ, Francisco Travassos. – *África Ocidental*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864. Pag. 203

ser pago com verbas obtidas através do imposto dos 3% sobre de todas as importações e exportações.⁷⁶

O edifício foi equipado de espaçosas enfermarias para mulheres, outras para homens, com separações conforme as doenças, ótimos quartos para doentes particulares, casa de botica e laboratório, casa de banco entre outros espaços.

Atesta este facto a portaria nº 1921, acompanhada pelo ofício nº 1518 de 25 de Janeiro de 1850, remetido da metrópole ao Governador Geral da Província de Cabo Verde, reagindo ao pedido deste em que expôs o estado da Santa Casa Misericórdia da Vila da Praia e providências que seriam mais próprias para a melhorar e em especial, concluir o edifício que estava iniciado para ser hospital. Recomendava-se que a obra fosse administrada por uma Comissão Administrativa, como de resto, tinha acontecido anos antes, o que representaria uma efectiva organização da instituição Santa Casa de Misericórdia na Praia. *“Mas tal comissão tinha que ser composta por pessoas da inteira confiança do Governador Geral.”*⁷⁷

Segundo o mesmo autor *“os empréstimos acima referidos foram pagas com verbas obtidas através do imposto dos 3% advalorem que resultou do empenho do Governador Arrobas. A província foi dotada de um hospital que, na época, era considerado a melhor que havia nas possessões ultramarinas.”*

3.4.2. Breve caracterização do edifício do hospital na forma como chegou até nós.

O actual edifício do Hospital da Praia foi concluído de acordo com Lourenço Gomes em 1882. Parece inspirar - se ou evoluir - se a partir da primitiva construção do Hospital da Misericórdia.

⁷⁶ Por volta de 1855, ao tempo do Governador arroboou sob proposta da Câmara Municipal da Praia, foi instituído o imposto de 5% ad valorem sobre todas as mercadorias importadas e exportadas pela alfândega de Santiago. As receitas advenientes desse imposto foram canalizados para a realização das obras municipais o que muito contribuiu para a infra-estruturação da vila da Praia que aspirava ascender á categoria de Cidade que veio a acontecer em 1858.

⁷⁷ GOMES, Lourenço. – *Valor Simbólico do Centro Histórico da Praia*. Porto. Universidade Portucalense. 2008.

O edifício primitivo era uma construção simples, térrea de paredes lisas com oito janelas no alçado principal e uma monumental porta de entrada almofadada e feita de madeira de aparência resistente. Essa porta era enquadrada por um sistema decorativo de relevância especial visto que ostentava elementos arquitectónicos inspirados em tradições construtivas do passado tais como duas colunas delgadas e altas e soluções neo - góticas,⁷⁸ presentes nos arcos quebrados que faziam parte da entrada principal.

Ainda desse sistema decorativo constatamos algumas marcas da ligação entre o antigo hospital da misericórdia e actividade religiosa desenvolvida junto dos doentes através de uma cruz.

Numa análise comparativa entre a antiga e a nova construção nota - se que houve uma preocupação em manter - se uma estrutura parecida das aberturas (portas e janelas). Parece que se quis também relembrar uma espécie de pórtico na entrada do edifício e tem semelhança também as duas coberturas.

Fig. 14 – O Hospital da Praia na sua forma primitiva e actual

⁷⁸ É um estilo de arquitectura revivalista originado em meados do século XVII na Inglaterra. No século XIX estilos neo - góticos progressivamente mais sérios e instruídos procuram reavivar as formas góticas medievais em contraste com os estilos clássicos dominantes da época. – www.wikipedia.com cedida em 09 de Setembro de 2009.



Fonte: VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo, 1999, p. 712. E a actual foi gentilmente cedida para este trabalho.

Descrevendo um pouco o actual edifício, importa referir que o mesmo se apresenta como uma construção de paredes lisas, janelas altas ostentando uma forte geometrização e sobriedade, o que constituem características do neoclassicismo arquitectónico. O edifício foi remodelado nos anos 90 tendo - se lhe retirado o pórtico do alçado que envolve a rua e a própria porta central que foi transformada numa janela alta, tendo sido colocado uma entrada para o banco de urgências no extremo Norte do edifício. Manteve - se no entanto o soco e o elemento decorativo no orifício circular junto a entrada para o segundo piso, de acesso à secretaria. A cobertura é a quatro águas com uma cobertura na parte mais alta para o arejamento do edifício.

CONCLUSÃO

A questão do Património constitui, hoje, uma preocupação a nível mundial, na medida em que, todos os países querem preservar as suas raízes, como forma de salvaguardar a sua identidade, num mundo cada vez mais globalizado e globalizante.

À semelhança dos outros países do mundo, também em Cabo Verde esta tarefa constitui uma preocupação dos Governos e um desafio para todos nós. Sendo um país pequeno, com uma diáspora expressiva e dispersa praticamente a todos os contos do mundo, a situação é ainda mais preocupante. Nesse contexto resta-nos, para conseguir esquivar essa avalanche da globalização, defender, valorizar e preservar o nosso património, em que o Centro Histórico do Platô é um dos exemplos inestimáveis.

Nesta perspectiva convém realçar que relativamente à preservação do património histórico construído do Platô, regista - se um significativo deficit pese embora registando algum avanço nesses últimos meses. O País tem tentado acompanhar o desenvolvimento da globalização e tendo em conta que o Platô fica situado na Cidade Capital, exige assim criar condições para acompanhar este desafio do milénio.

Sabendo que a história de Cabo Verde não é de uma minoria, mas sim de um povo, povo este que lutou incansavelmente pela sua liberdade e que hoje vê parte da sua

história “desaparecer”, é imperativo que quem de direito mobilize recursos, competências e sensibilidade para recuperar o que é nosso legado patrimonial.

Desta forma poder-se-á preservar os monumentos, conservando as suas plantas iniciais mesmo com modificações posteriores. Assim será necessário, diagnosticar o estado de conservação dos bens já identificados como património e em correspondência a respectiva classificação em prol da sua preservação.

Precisamos por em prática todas as medidas de preservação, salvaguarda e divulgação para que as gerações vindouras possam encontrar ainda parte da nossa história bem viva, através do património construído que são testemunhos vivos dos tempos e que falam por si mesmos.

Os responsáveis pela área devem apostar na protecção das edificações, discutindo os mecanismos de preservação. Todas as acções no presente, terão que ser benéficas para sociedade praiense, respeitando as referências históricas e estéticas destas obras, possibilitando assim, formas de uso consentâneos com uma preocupação de preservação de elementos do passado expressos nos diferentes monumentos.

Quem passa pelo centro histórico da cidade da Praia, constata uma certa degradação de muitos edifícios públicos, a espera que lhes sejam dado o devido tratamento em matéria de preservação e adequada divulgação.

A constatação deste facto sensibilizou - me e despertou - me o interesse em desenvolver um trabalho de Fim de Curso sobre esta problemática e, assim, poder dar o meu contributo, ainda que modesto, à história e ao património de cidade eu me viu nascer. Como qualquer obra humana, reconheço que este trabalho possa conter lacunas e possíveis imperfeições mas oxalá venha a ser um ponto de partida para outros trabalhos do tipo. Até porque, um trabalho científico é feita de sucessivas abordagens e desejo que outros licenciandos e pesquisadores de diferentes ciências sociais e humanas nos venham também estudar aspectos sobre o espaço praiense e assim sendo, trazer mais luz sobre a história desta Cidade, capital das ilhas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBUQUERQUE, Luís de, MADEIRA, Maria Emília (coord.) *História Geral de Cabo Verde*. (3 Vol.). Lisboa – Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação e Património Culturais de Cabo Verde. 2002.
- AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens*. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa 1964.
- ANDRADE, Elisa Silva. *As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta á Independência Nacional (1460-1975)”*. Paris. Ed. L’Harmattan. 1996.
- BARCELLOS, Christiano de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. (4 Vol.). Praia. Edição Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro. 2003.
- BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental) 2 Série: Tomo I. (1342 – 1499)*. Lisboa. 1958.
- BRITO, António de Paula. *Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1890.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460- 1778)*. Lisboa. Edição do ICL e Comunidade Económica Europeia. Lisboa. 1983.

- CARREIRA, António (Apresentação, notas e comentários). *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa. Edição do Instituto Cabo-verdiano do Livro. 1985.
- CARREIRA, António – *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Instituto Caboverdiano do Livro. 1983. 2ª Edição.
- CAMÂRA MUNICIPAL DA PRAIA (CMP). *Plano Director Municipal 2008-2020*. Praia. Edição da CMP. 2008.
- CHELMICKI, José Conrado Carlos de. *Corographia Cabo-verdiana ou Descrição Geographica – Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné (Tomo I)*. Lisboa. Publicação do Autor. 1841.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do património*. São Paulo. Estação Liberdade: UNESP. 2001.
- DELGADO, GOMES, Denilson e Lourenço. *Influência da visita pastoral às freguesias de Santiago em 1886 na edificação da nova Igreja de Nossa Senhora da Graça*. In: Fórum: Ciências Sociais e Humanas em Debate. Praia. ISE\UNICV. 29- 30 de Maio 2008.
- ÉVORA Silva José – *A Alfândega da Praia (ilha de Santiago) – Um modelo da Administração Colonial Portuguesa em Cabo Verde*. Revista de Portugal. I.A.H.N.
- ENZO, Fazzino (Coord). Programa de Planeamento Urbano da Cidade da Praia: Plano Detalhado de Salvaguarda do Centro Histórico. Praia. Editorial Euro. Janeiro de 1991.

- FONTANARI, Eurico (s.ed.). *Plano Urbanístico Detalhado do Platô*. Praia. Gabinete do Plano de Salvaguarda do Platô (Relatório). Outubro de 1998.
- JANSON, H.W. *História da Arte*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1992
- LOPES Filho, João Lopes. *Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde*. Lisboa. Ed. Ulmeiro. 1985.
- _____. *Cabo Verde subsídios para um levantamento cultural*. Plátano Editora.
- _____. *Introdução à Cultura Cabo - verdiana*. Praia. Instituto Superior de Educação – Republica de Cabo Verde. 2003.
- _____. *Sobrados para um levantamento Cultural*. Lisboa – Plátano Editora 1981.
- GOMES, Lourenço Conceição - *Valor Simbólico do Centro Histórico da Praia – Cabo Verde* Universidade Portucalense – Porto.
- Instituto Nacional De Estatística (INE). *CENSO 2000: Zonas e Lugares*. Praia. Edição INE. 2002.
- MOTA, Salvador Magalhães – *A Câmara Municipal da Cidade da Praia de Cabo Verde - Breve Resenha Histórico – Jurídica*.
- MONTEIRO, Raquel. *A Experiência de Cabo Verde em matéria de arquivos*. In: *Africana*. Nº Especial. Porto. Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 1993.

- PEREIRA, Pe Pimenta. *Paróquia de Nossa Senhora da Graça (1983-1993)*. Praia. Edição Grupo Paroquial J.P. IIº. 1995.
- RIBEIRO, Orlando. *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*. Lisboa. Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. 1955.
- RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord.). *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*. Lisboa. Quimera. 1996.
- TRAVASSOS VALDEZ, Francisco. *África Occidental*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864.
- TUFFELLE, Nicole. *A Arte do Século XIX (1848-1905)*. Lisboa. Edições 70. 2000.
- VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. *História da medicina em Cabo Verde*. Mindelo. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde. 1999.

Fontes manuscritas

- *CMP. Livro B2 – (R). A1/7 (1871 – 1900)*. fls. 46 – 47. Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 da Câmara Municipal da Cidade da Praia. IAHN. Praia. 1994.
- *CMP. Livro B2 – (R). A1/7 (1871 – 1900)*. fls. 46 – 47. Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 da Câmara Municipal da Cidade da Praia. IAHN. Praia. 1994.
- *MIT. Caixa 1866. Memória Justificativa e Descritiva: Alçados e cortes*. 1950. Repertório por fazer.

MIT. Caixa 2262. Elaborado pelo Arquitecto responsável Frederico Hoffer Almada. *Projecto de Remodelação da ala direita do edifício da ex-Câmara Municipal, para instalação dos Serviços da Assessoria do Primeiro-ministro, elaborado pelo GAPRO*. Dezembro de 1986. 0,5cm; cópias. IAHN. Praia. Repertório por fazer.

Boletins oficiais:

- *Nº 11 \1887. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1887.*
- *Nº 177 \1855 (IIª serie). Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1855.*
- *Nº 20 \1885. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1885.*
- *Nº 22 \1870. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1870.*
- *Nº 24 \1886. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1886.*
- *Nº 26 \1870 (Iª serie). Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1870.*
- *Nº 29 \1858 (IIª serie). Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1858.*
- *Nº 36 \1879. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1879.*
- *Nº 48 \1859. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1859.*
- *Nº 49 \1859. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1859.*
- *Nº 52 \1990 (Iª serie). Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1990. Lei Nº102/III/90.*
- *Nº 53 \1859. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1859.*
- *Nº 7 \1876 (Iª serie). Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1876.*
- *Nº 313 \1860. Praia. Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1860.*
- *Boletim Cabo Verde de Propaganda e Informação. Nº 139. Ano XII. Abril 1961.*
- *Boletim Cabo Verde de Propaganda e Informação. Nº 140. Ano XII. Maio 1961.*

- *Boletim Cabo Verde de Propaganda e Informação*. Nº 150. Ano XIII. Março 1962.
- *Boletim Cabo Verde de Propaganda e Informação*. Nº 35. Ano III. Agosto 1952.
- *Boletim Cabo Verde de Propaganda e Informação*. Nº 4. Ano I. Janeiro 1950.
- *Boletim Cabo Verde de Propaganda e Informação*. Nº 47/ 1953
- *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia. Edição da Assembleia Nacional. 2007.

Revistas

- *Ponto & Virgula (Revista de intercâmbio cultural)*: 1983-1987. Fascimile das revistas editadas no Mindelo. Edições Ponto & Virgula. 2006. Nº5. Outubro – Novembro. 1983.
- *Ponto & Virgula (Revista de intercâmbio cultural)*: 1983-1987. Fascimile das revistas editadas no Mindelo. Edições Ponto & Virgula. 2006. Nº6. Dezembro. 1983.
- *Ponto & Virgula (Revista de intercâmbio cultural)*: 1983-1987. Fascimile das revistas editadas no Mindelo. Edições Ponto & Virgula. 2006. Nº16. Janeiro – Julho. 1986.
- *Ponto & Virgula*. Nº 15. Outubro – Dezembro. 1985.
- *Praia “Santa Maria”*. Edição da CMP. Nº 5. Praia. Maio de 2003.
- *Programa do Governo para a VII legislatura (2006-2011)*. Praia. Edição da Chefia do Governo de Cabo Verde. 2007.

- *Revista Científica*. Praia. Edição da UNICV (Universidade de Cabo Verde).
Publicação trimestral. Nº 2. Janeiro 2006.
- Revista de Investigação Cultural e do Pensamento. Ministério da Cultura Ano 2/
Julho 1998.

ANEXOS